



**A. Domingues de Azevedo**  
Presidente da CTOC

**Opinião da CTOC** | O bom desempenho da "máquina" fiscal não tem paralelo num passado recente e reforça o papel dos intervenientes

## "Se mais pagarem, pagaremos todos menos"

**Q**uestões políticas à parte, é preciso que todos reconheçamos, em nome do interesse nacional, que o esforço de redução do défice está a dar resultados. Os últimos dados revelados esta semana indicam que, com dois terços do ano já apurados em termos de execução orçamental, o défice continua a cair e já se encontra bem longe dos seis pontos percentuais que este governo encontrou no início da legislatura. A barreira psicológica dos três por cento

pode, em breve, vir a ser ultrapassada. A aposta na receita fiscal tem sido virtuosa neste esforço. As verbas arrecadadas da tributação cresceram oito por cento, o que corresponde a 91% da receita pública total. Perante isto, o que é que a estatística nos indica? Confirma que o bom desempenho da "máquina" fiscal não tem paralelo num passado recente e reforça o papel dos intervenientes, designadamente os Técnicos Oficiais de Contas enquanto interlocutores privilegiados entre a Administração Fiscal e os contribuintes. Mas perante estes dados, um paradoxo emerge: como explicar que num período de crise na economia portuguesa o volume de receitas tributárias dispare?

Não será por "culpa" do IVA, um imposto sobre o consumo, cuja variação resulta do aumento das aquisições por parte dos cidadãos, mas se estes, por efeito da crise, têm menos poder de compra, não é crível que a receita aumente. Não será também por "culpa" do IRC, um imposto sobre os lucros das empresas, e estando estas em crise, não geram mais riqueza, pelo que a sua dinâmica não condiciona de forma expressiva no aumento das receitas de impostos.

Finalmente, e quanto ao IRS, a sua interferência também se revela residual. Sendo este basicamente proveniente do trabalho por conta de outrem, como é que com mais desemprego, os cidadãos vão pagar mais?

Estas três situações aqui enunciadas são bem elucidativas da nossa realidade tributária. Daqui ressalta que os que já pagavam não estão a desembolsar mais. A "novidade" é que contribuintes que estavam arredados do sistema obrigacional, por vontade própria, foram repescados para o seu interior, fruto de uma multiplicidade de factores: maior controlo e fiscalização, o cruzamento de dados entre diversas entidades e – um ponto não despendendo – a responsabilização dos Técnicos Oficiais de Contas. A malha do incumprimento tem vindo a ser substancialmente reduzida. Logo, a margem para os faltosos pisarem o risco é também encurtada.

O aumento das receitas fiscais nos últimos anos, especialmente no ano transacto e neste, não se deveu a um incremento da carga fiscal sobre os cidadãos, mas antes a uma maior eficiência do sistema de cobrança fiscal. Cumpriu-se a máxima imortalizada pelo saudoso professor Sousa Franco: "Se mais pagarem as suas obrigações, pagaremos todos um pouco menos".

Mais um motivo para afirmar que é, por enquanto, extemporâneo baixar os impostos. O maior grau de cumprimento não justifica uma diminuição apressada e imediata da carga fiscal para contentar o eleitorado. A folga orçamental, que alguns apregoam, não é argumento para baixar impostos, ainda para mais quando a despesa pública mantém-se a níveis insustentáveis. ▀



Paulo Figueiredo

"O aumento das receitas fiscais nos últimos anos, especialmente no ano transacto e neste, não se deveu a um incremento da carga fiscal sobre os cidadãos, mas antes a uma maior eficiência do sistema de cobrança fiscal"